

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem mais nos acompanha nesta sessão da tarde de terça-feira pela TVAL e Rádio Digital Alesc.

Quero cumprimentar o secretário Valdir Cobalchini aqui presente. É uma satisfação tê-lo novamente conosco, esta que é também a sua Casa.

Senhores e senhoras, faço neste momento o registro do assassinato do vereador Altevir Schmitz, de São José, acontecido na noite de ontem, naquela cidade onde resido há 13 anos.

Quando chegava em casa de uma sessão da Câmara de Vereadores de São José, ele foi abordado por um elemento que estava armado e desferiu-lhe um tiro que o levou a óbito no local. Outro marginal fazia parte desse atentado e os dois fugiram levando o automóvel do vereador.

Gostaria de dizer que nunca fui do mesmo partido e raras vezes estivemos na mesma posição política ou defendendo as mesmas bandeiras na cidade de São José, mas o Schmitz era o tipo de pessoa que estava em todas as discussões importantes para a cidade. Era um polêmico líder comunitário, que, com certeza, nas últimas décadas contribuiu muito para enriquecer a política josefense.

O que se sabe, a notícia que se tem a respeito - e evidentemente a Polícia Civil e o Ministério Público vão investigar - é que, a princípio, trata-se de um crime comum, praticado por dois marginais que queriam roubar o carro e acabaram por matar o vereador.

Então, lamentamos a sua morte, pois era um vereador que nunca faltava a uma sessão da Câmara Municipal. Externamos nosso pesar à família, aos companheiros e às comunidades às quais ele representava na região de Forquilhas e Forquilhinas.

Gostaria de falar também, deputado Pedro Padre Baldissera, sobre o imbróglio do ingresso das mulheres na Polícia Militar, que já foi resolvido ou, pelo menos, para este concurso foi encaminhado e não teremos vagas sobrando dentro da corporação e candidatas aprovadas sem poder entrar, enquanto a sociedade clama por mais policiamento.

Então, agradeço o empenho de todos aqueles, inclusive vários deputados, que abraçaram a causa e parabenizo o governador pela decisão acertada. Parabenizo ainda as novas companheiras militares de Santa Catarina, e a sociedade terá mais de uma centena de policiais militares para contribuir para a segurança pública.

Hoje, às 15h30, teremos uma reunião com o comando-geral da Polícia Militar, com a presença do deputado Aldo Schneider, líder do governo, da

deputada Ana Paula Lima, líder da oposição, e deste deputado também, evidentemente voltada para esse debate.

Essa reunião foi solicitada pelo deputado Aldo Schneider a pedido da deputada Ana Paula Lima e do presidente da Aprasc, na semana passada. A deputada Ana Paula Lima que, com outro deputado, é relatora com voto de vista na comissão de Constituição e Justiça, fez uma reunião com a diretoria da Aprasc na semana passada, após o que pediu ao deputado Aldo Schneider, líder do governo, para agendar uma reunião com o comando da Polícia Militar. E é essa que vai ocorrer hoje, às 15h30, daqui a pouco, portanto.

Em debate estará o PLC n. 0032/2013, que trata do aumento do tempo de efetivo exercício para a aposentadoria dos militares estaduais: os homens aos 25 anos de efetivo serviço, não importando se tem dez ou 15 anos fora da instituição, e as mulheres aos 20 anos.

Se for aprovado o projeto da forma que está, centenas de companheiros que se aposentariam no próximo mês de janeiro, por exemplo, acabarão ficando mais cinco anos na corporação. E isso é injusto porque desorganizaria, inclusive, a vida familiar e a vida pessoal de quem já fez planos para a inatividade.

Nós estamos apresentando uma emenda - e a deputada Ana Paula Lima está de posse dela aguardando justamente esse diálogo com o Poder Executivo - no sentido de mexer em mecanismos referentes ao tempo de serviço dos militares estaduais, para que se permita que aqueles que queiram ficar mais tempo, possam ficar, enquanto que aqueles que já têm 30 anos de serviço e queiram aposentar-se, ou ir para a reserva, que é o termo usado na caserna, possam fazê-lo.

Então, esse é o debate, ou seja, não precisa haver prejuízo para o servidor se quisermos que o servidor e o estado sejam beneficiados. Porque o projeto diz que quem quer aposentar-se não pode, ao mesmo tempo em que há gente sendo mandada embora pela idade, mas que gostaria de ficar e não pode.

Esse é o debate que precisa ser feito, e esperamos que se chegue a um consenso com o Poder Executivo, começando pelo comandante da Polícia Militar, para alterar esse PLC, mudar essa questão e ter um projeto que seja importante para a sociedade, para as instituições e para os servidores.

Finalmente, sr. presidente, quero fazer o registro da assembleia dos membros do Corpo de Bombeiros que está acontecendo no CentroSul, aqui ao lado da Assembleia Legislativa. Este parlamentar, tão logo termine este pronunciamento, participará dessa reunião, a fim de contribuir no debate e até cumprindo o seu dever de ofício, como representante desse segmento.

Em pauta está a questão da carreira e a questão do salário. Há diversas discussões a respeito dessas duas questões, que são importantes tanto para a Polícia Militar, como para o Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil.

A proposta de mudança salarial para a modalidade subsídio tem causado bastante dificuldade dentro da própria categoria, porque se alguns serão beneficiados, há aqueles que serão prejudicados. Existem cortes de direitos importantíssimos e fundamentais. A polêmica não é pequena e a possibilidade de se chegar a um consenso é praticamente inexistente. Há que se trabalhar para uma posição que contemple a maioria.

É evidente que o governo do estado precisa estar atento para impedir que mais injustiças sejam cometidas na questão da política salarial para os militares estaduais. Considero importante qualquer avanço e qualquer discussão, mas para este deputado, pessoalmente, não é concebível haver uma diferença maior do que quatro vezes entre o maior e o menor salário.

E aí vem uma proposta de um teto de R\$ 26 mil para um piso de R\$ 4 mil. Então, partindo de um princípio que temos desde a criação da Aprasc, 12 anos atrás, de que a diferença justa entre o maior e o menor salário é de quatro vezes, não é aceitável uma proposta que coloca R\$ 26 mil para a

cúpula e apenas R\$ 4 mil para a base. É uma diferença muito grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses, quero cumprimentar o secretário da Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, que hoje visita esta Casa. Na semana passada visitou-nos em Brusque, ocasião em que anunciou várias iniciativas do governo, entre elas a duplicação da SC-486, entre Brusque e Itajaí, e o estudo do projeto da terceira pista da rodovia Gentil Archer, que vai de Brusque em direção a São João Batista e Nova Trento.

Parabéns pelo seu trabalho na secretaria, deputado!

Hoje vemos inúmeros deputados de camisa azul, pela campanha Novembro Azul, aderindo ao movimento em prol do diagnóstico precoce do câncer de próstata, que é o câncer que mais atinge o homem. Esse movimento veio na esteira do Outubro Rosa, campanha que já existe há décadas e que adverte para a importância da prevenção contra o câncer de colo de útero. Graças a essa campanha o diagnóstico está sendo feito mais cedo e o tratamento correto tem permitido a cura de muitas mulheres.

Quanto ao câncer de próstata, existe um estudo que mostra que a cada seis homens um terá câncer de próstata. Esse câncer não tem uma evolução tão maligna quanto outros, sua mortalidade é menor, mas a cura depende muito do diagnóstico precoce. Por isso se estimula que o homem, a partir dos 40 anos, procure o médico para fazer os exames necessários, o clínico e o ultrassom.

Atualmente, pessoas com menos de 50 anos têm sido acometidas pelo câncer de próstata, mas fazendo o tratamento adequado - geralmente o médico parte para a cirurgia radical - há uma evolução muito boa.

Deputado Dóia Guglielmi - e vejo que v.exa. aderiu à campanha Novembro Azul -, a sociedade está mobilizada, mas contamos muito com o apoio das mulheres, pois elas são mais responsáveis em questões de saúde e podem influenciar enormemente os homens a procurar o médico com regularidade.

Mas quero fazer uma saudação muito especial ao prefeito de Papanduva, o Tuca, que, acompanhado de uma comitiva, encontra-se nesta Casa em busca de melhorias para sua cidade.

Cumprimentamos os vereadores Antônio Carlos Contezini, o Veroni Alves e o vice-prefeito de Rio do Campo, Mário Henrique de Souza, que participarão de uma reunião com o secretário Cobalchini, que nos receberá para tratar de uma reivindicação antiga do alto vale do rio Itajaí-Açu, que é a ligação pavimentada entre o alto vale e o planalto norte, especificamente entre Taió, Rio do Campo, Santa Terezinha e Itaiópolis.

Precisamos do apoio do secretário e do governador, que não vai faltar. Temos a esperança de que graças ao apoio dos deputados do planalto norte e do alto vale vamos conseguir realizar esse antigo sonho daquela região.

Por último, quero fazer um agradecimento muito especial ao governador de Santa Catarina e ao secretário Eduardo Deschamps que, atendendo a uma exigência do governo federal, fizeram a municipalização do ensino fundamental e encamparam todo o ensino médio. Entretanto, isso não significa repassar encargos para as prefeituras. Porque aprovamos hoje, na comissão da Constituição e Justiça, a transferência em comodato do patrimônio das escolas estaduais.

E há mais. Além de o estado repassar aos municípios o patrimônio físico, repassará também, através do Fundo Estadual da Educação, os recursos correspondentes. Ou seja, por cada aluno matriculado na rede escolar, o município receberá no seu Fundo Municipal de Educação R\$ 2.243,00. Então, na hora em que é repassado ao prefeito o encargo do ensino fundamental de 1ª a 9ª série no município, é remetido também o valor que mencionei por cada aluno matriculado.

Assim, sr. presidente, faço um agradecimento ao Executivo Estadual e alerto que esse processo de municipalização atende a uma determinação do governo federal, no sentido de que os municípios sejam responsáveis pelo ensino fundamental e os estados, pelo ensino médio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Angela Albino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, solidarizo-me com a luta pela saúde masculina através da campanha Novembro Azul. É importante que os homens despertem para essa questão que os afeta, que é o câncer de próstata.

Mas ainda no embalo do Outubro Rosa, quero registrar que a 7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que o número de estupros registrados no Brasil em 2012 foi superior ao de homicídios dolosos - quando não há intenção de matar. De acordo com o estudo, foram 50.617 estupros e 47.135 homicídios dolosos registrados no país no ano passado.

A cada grupo de 100 mil habitantes ocorreram 26,1 casos de estupros. O resultado mostra um avanço de 18,17% em relação a 2011, que registrou a taxa de 22,1 casos por grupo de 100 mil.

O que nos preocupa mais e é o motivo de estarmos na tribuna, é que esta Casa, hoje, às 17h, fará o lançamento de vários títulos feministas e, mais do isso, sobre a luta contra a opressão feminista.

Enquanto isso, o citado estudo revela que os estados com mais casos de estupro registrados por 100 mil habitantes foram Rondônia (52,2), Roraima (49) e Santa Catarina (45,8).

Vejam! Santa Catarina está entre os três estados com os maiores índices de estupro no Brasil, com uma taxa de 45,8 casos para cada 100 mil habitantes!

Em números absolutos, ocorreram em Santa Catarina, em 2012, 2.925 estupros, sendo que a

maioria dos casos ocorreu na Grande Florianópolis, 118 casos. Destes, 94 casos foram cometidos contra crianças ou adolescentes.

Mas há outros tipos de violência contra a mulher. Por exemplo, a sub-representação no poder, pois nosso estado é o que tem a pior participação de mulheres na política e, não por coincidência, é o estado onde há a maior desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Paradoxalmente, se pegarmos o estado da Paraíba, veremos que é o que tem o maior número de mulheres parlamentares e menor desigualdade salarial entre homens e mulheres.

O que podemos deduzir disso? Que há uma clara conexão entre a participação política de determinados segmentos e a sua condição na sociedade. E digo isso porque quando vemos que Santa Catarina tem o terceiro maior número de estupros no país, ficamos assustadas, uma vez que este é um estado tido como de excelência na qualidade de vida.

Outra questão. Apenas recentemente conseguimos conquistar a Defensoria Pública, prevista em seis diferentes artigos na Lei Maria da Penha como uma ferramenta não apenas de punição ao agressor, mas, mais do que isso, de prevenção da violência. Para nós, mulheres, importa punir o agressor, mas importa muito mais que tenhamos condições de evitar esse tipo de violência.

Sr. presidente, apesar de termos conquistado a Defensoria Pública, na verdade ela é uma ficção, já que não atende as mulheres porque não tem estrutura, porque não tem condições. Recentemente os nossos defensores públicos disseram que não iriam mais atender casos de violência contra a mulher por falta de estrutura.

Por quê? Porque não há, no Orçamento do estado, recursos destinados à instituição de políticas públicas para as mulheres. A bancada feminina, formada pelas deputadas Ana Paula Lima, Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti e eu, tem tentado bancar, no Orçamento, uma rubrica orçamentária que dê conta da criação de políticas públicas mínimas para a discussão da condição da

mulher. Mas é sempre a mesma coisa: ninguém acata emenda alguma. Dizem que depois o governador encaminhará dispositivo específico, o que nunca acontece. Não estou falando deste governo, estou falando de um processo histórico que há muito tempo subestima o papel da mulher.

Quem conhece a delegacia da Mulher de Santa Catarina sabe que ela também é uma ficção. O que existe é a delegacia da Mulher, do Idoso, do Adolescente em conflito com a lei. É a delegacia dos desgraçados de toda ordem. Logo, não temos uma delegacia específica para a mulher.

Não vamos fazer de conta que essa delegacia é da mulher que não é. É uma delegacia de vários segmentos da nossa sociedade. Além disso, há material humano de qualidade, servidores dedicados, que têm na vivência pessoal o compromisso da luta pela superação da violência contra as mulheres, mas não há equipamentos, não há estruturas para dar conta de toda a demanda.

Nós propusemos a criação de uma política pública no campo da saúde da mulher. Porque o nosso estado tem demonstrado que não conseguiu superar ainda essa desigualdade também no campo da saúde. Por quê? Novamente por falta de orçamento, por falta de política pública para as mulheres.

Recentemente o estado de Santa Catarina foi o último a assinar o Pacto de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, que na verdade também virou ficção. Não temos casas-abrigo para as mulheres vítimas de violência, proposta que, inclusive, várias vezes tentamos, através de emenda à LOA, dotar de recursos. Mas também não fomos bem sucedidas.

Hoje, sr. presidente, vamos receber com alegria companheiras do quilate de Joana Pedro e de Miriam Grossi, que aqui estarão autografando seus livros. As mulheres têm construído um movimento sólido em Santa Catarina, mas não têm políticas públicas em nosso estado.

Quando a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres esteve em Santa Catarina, sequer foi recebida pelo governador. A deputada federal Jô

Moraes, do PCdoB de Minas Gerais, que presidiu a comissão, tendo como relatora uma senadora do Partido dos Trabalhadores, não foi recebida pelo governador, apesar de representar todas as mulheres do país vítimas de violência.

Esse dado nos entristece, mas não nos surpreende, porque apesar dos avanços que temos conquistado na legislação, no mercado de trabalho e na construção e solidificação de alguns direitos, ainda não temos em Santa Catarina uma igualdade tal que nos faça baixar essa triste estatística de terceiro colocado em número de estupros no país.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, a tarefa que está colocada agora não é somente das mulheres, porque o trabalho de enfrentar a violência contra as mulheres é das mulheres, é dos homens, é da sociedade. Uma criança que vive num ambiente doméstico violento cresce achando que essa é a norma e acaba reproduzindo na sua intimidade esse modelo de violência.

Por isso, enfrentar a violência contra as mulheres é uma tarefa de todos nós e é parte do que queremos construir como cultura da paz. Espero que possamos, no desejo da paz, abandonar essa triste estatística que o anuário nos mostrou.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Itaiópolis, com sua comitiva. Sejam bem-vindos a esta Casa. Sentimo-nos honrados com a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas,

telespectadores da TVAL, público presente nesta Casa, cumpro o triste dever de informar que faleceu no dia de ontem, aos 85 anos, o ex-delegado-geral da Polícia Civil, Pedro Francisco Benedeck Bárdio.

Pedirão, como era conhecido, nasceu em 1928. Em 1969 ingressou como comissário na Polícia Civil de Santa Catarina, onde ocupou vários cargos. Foi o primeiro delegado na comarca de Balneário Camboriú e depois foi superintendente da Polícia Civil do estado de Santa Catarina.

Pedirão teve duas grandes paixões na vida: a Polícia Civil e sua esposa, d. Ivone. Com uma grande dedicação, ele sabia ser um chefe rigoroso, firme no cumprimento da lei, firme no cumprimento da hierarquia na instituição, mas sabia também ser um homem de grande coração, um grande companheiro.

Sua carreira policial teve mais destaque na Polícia Civil à época em que o ex-deputado Heitor Sché, também nosso colega delegado de polícia, foi secretário de estado da Segurança Pública.

(Passa a ler.)

"A Polícia Civil de Santa Catarina perdeu, no último domingo, um de seus colaboradores mais devotados. Pedro Francisco Benedeck Bárdio nasceu em 1928, em Florianópolis, e durante sua juventude foi caixeiro viajante.

No ano de 1953 costumava ficar na praça do centro da cidade para passar o tempo. Entre uma tarde e outra, avistou Ivone, por quem se apaixonou. Um ano e meio depois já estavam noivos e até o casamento foram mais nove meses. A união foi selada na data de 26 de maio, na Igreja de Santa Terezinha, em Florianópolis.

Depois do casamento, Pedro viveu por mais cinco anos na cidade, até se mudar para Rio do Sul, onde fez concurso para a Polícia Civil e exerceu a função de comissário. Nove anos se passaram até a mudança para Balneário Camboriú, onde se tornou o primeiro delegado de polícia da comarca de Balneário Camboriú. Dois anos depois foi para Joaçaba e em 1980 atuou junto à Corregedoria da Polícia Civil. De 2003 até 2007 foi superintendente da Polícia Civil.

A esposa conta orgulhosa de quando o marido, conhecido pelo apelido de Pedrão, dedicou-se aos estudos, formou-se em Direito e trilhou uma carreira exemplar dentro do órgão público. A seu pedido dele, ela largou o trabalho após o casamento e dedicou-se ao marido. Segundo relatos, ele tinha que estar sempre com a roupa bem engomada, tradução de uma esposa bem dedicada. D. Ivone diz que Pedrão teve uma vida digna e que um era o apoio do outro. Como não tiveram filhos, os dois estavam sempre juntos viajando e traçando uma verdadeira história de amor. Nas horas vagas, Pedrão gostava de ouvir tango e uma viagem para Buenos Aires com outros delegados foi, segundo d. Ivone, inesquecível.

De dez anos para cá, ele adquiriu uma degeneração macular senil, enfermidade que pode levar à cegueira. Depois de quatro operações nos olhos, a visão ficou debilitada e não conseguia enxergar direito. Para não perder o costume da leitura, comprava livros e revistas em áudio, para que pudesse ficar informado. Um dos seus escritores preferidos era Jorge Amado e ele ouvia o CD dos livros como passatempo. Ele estava internado havia um mês devido a uma infecção urinária que o levou à morte.

O velório está sendo realizado no cemitério do Itacorubi e o corpo será cremado, como era de seu desejo, às 13h, em Balneário Camboriú."

Então, a nossa homenagem ao delegado, ex-chefe da Polícia Civil, nosso querido Pedrão.

Fui delegado um bom tempo no período em que ele era superintendente da Polícia Civil e conheci a sua maneira firme de atuar. Foi um delegado honesto, correto, cumpridor das suas obrigações, enfim, um orgulho para a Segurança Pública de Santa Catarina e para todos os policiais civis do nosso estado.

A última vez que conversei com Pedrão, há dois ou três meses, foi quando o encontrei no Hotel Marambaia, em Balneário Camboriú. Ele estava com dificuldades de visão, mas aquela era uma cidade da qual ele gostava. Foi o primeiro delegado daquele município e sempre me dizia assim:

"Maurício, guardo as minhas economias, porque durante um mês por ano eu gosto de ficar aqui em Balneário Camboriú, caminhar na praia e reencontrar os amigos".

Fiz questão de fazer esse relato e registrar essa homenagem que entendo que é da Adepol/SC - Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina - e de todos os policiais do estado de Santa Catarina, a Pedro Francisco Benedeck Bárdio, nosso ex-superintendente.

Lembro quando a chefia de Polícia Civil ficava na rua Tiradentes e que com ele lá estavam Newton Andrade, que agora é corregedor de polícia, como seu braço direito, e também Oscar Peixoto e toda uma equipe trabalhando e conduzindo a Polícia Civil.

Não poderíamos, dentro desse sentimento de tristeza que tomou conta de nós em razão do falecimento desse grande colega, deixar de fazer também o registro do falecimento do vereador de São José, Altevir Schmitz, que foi assassinado na noite de ontem. Na verdade, não se sabe se foi assassinato ou latrocínio, isso a polícia vai esclarecer. Mas ele foi um grande líder que brigava muito pela segurança no município de São José, sempre representando a sua comunidade.

Então, os nossos pêsames a toda comunidade de São José e à família de Altevir Schmitz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, como tratei no meu pronunciamento da questão das mulheres, quero pedir licença à bancada do Partido dos Trabalhadores para cumprimentar Shirlei Azevedo, que é do PT, que hoje está de aniversário e é uma militante muito importante do Movimento de Mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos

Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Gostaria de cumprimentar o presidente da sessão, deputado Romildo Titon, e em seu nome cumprimentar todos os demais deputados e deputadas.

Hoje queremos discorrer sobre o Dia do Técnico Agrícola, que foi criado através do Decreto-Lei n. 5.524, de 05/11/1968. Uma homenagem muito justa para uma categoria profissional de nível tecnológico que prestou e presta um grande trabalho para o nosso país. Se o Brasil hoje é líder no agronegócio, se temos uma agricultura familiar pujante em Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, devemos muito ao técnico agrícola.

Quero parabenizar todos os profissionais habilitados em agropecuária, agricultura, técnicos florestais, técnicos agroindustriais, técnicos de meio ambiente e de outras habilitações que atuam decisivamente na produção de produtos agropecuários, na recuperação ambiental, na conservação de recursos naturais, no licenciamento ambiental, na transferência de tecnologias do agronegócio catarinense brasileiro. Também atuam na nutrição animal e produção agropecuária, gerando alimentos de qualidade para todos nós.

Os desafios para os técnicos agrícolas são enormes. O mercado de trabalho se modifica vertiginosamente a cada ano, exigindo esforço redobrado de adaptação para garantir seu espaço de atuação.

Também fiz o curso de técnico agrícola no Colégio Agrícola Senador Gomes de Oliveira, lá em Araquari. Deputado Altair Silva, v.exa., que também é técnico agrícola, sabe o esforço que a Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina - Atasc -, tem feito, o que o sindicato tem feito para se adequar às exigências da lei. Mas sabemos também da grandiosidade da missão, do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos técnicos agrícolas de Santa Catarina e do Brasil.

A grande diversidade regional brasileira exige alta capacitação, principalmente no uso de tecnologias de ponta. E aí os técnicos precisam estar em capacitação permanente. E é nesse cenário econômico complexo que se destaca o trabalho magnífico desse profissional.

O Sr. Deputado Altair Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não, quero ouvir seu aparte, v.exa. que é técnico agrícola e que exerce a profissão em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Altair Silva - Deputado José Milton, fico agradecido por suas palavras.

O dia 5 de novembro é um dia muito especial, principalmente para o produtor catarinense, que tem recebido assistência e colaboração dos técnicos agrícolas.

Por isso, quero saudar o amigo pelo uso da palavra enaltecendo esses profissionais e fazendo um chamamento para que os srs. deputados participem da sessão especial hoje, às 19h, nesta Casa, em homenagem aos técnicos agrícolas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Altair Silva, quero incorporar o seu pronunciamento ao meu, já que v.exa. é o proponente dessa homenagem que vai acontecer hoje, às 19h, que é um reconhecimento da Assembleia Legislativa a essa categoria por tudo aquilo que ajudou a construir em Santa Catarina.

Quero então parabenizá-lo e convidar os nossos pares para se fazerem presentes à sessão especial desta noite, porque homenagear o técnico agrícola no seu dia, deputado Altair Silva, é também um ato de reconhecimento da relevância dos serviços prestados por esses profissionais que contribuem decisivamente para que o nosso país tenha alcançado os mais altos índices de produtividade e de qualidade na produção de alimentos.

O Brasil é líder na produção de alimentos no mundo, mas ainda tem muito que crescer. Nos últimos anos elevamos a produção, que era de 70 mil toneladas, em 1991, para 191 milhões de toneladas de grãos, sem aumentar a área desmatada.

E isso graças a uma agricultura bem executada, bem tecnificada, que elevou sensivelmente a produtividade, preservando, dessa forma, o meio ambiente.

Então, fica aqui o nosso depoimento e o nosso convite para que todos participem dessa sessão que foi proposta pelo deputado Altair Silva.

Gostaria também, ainda dentro do tema da agricultura, deputado Romildo Titon, de dizer que é preciso que a classe política se preocupe com a legislação trabalhista no campo. Ontem foram os produtores de cebola que tiveram problemas na contratação de mão-de-obra. Hoje são os produtores de fumo que estão com problemas também em relação à contratação de mão-de-obra.

Os fiscais do ministério do Trabalho estão fazendo o seu trabalho. O que está errada é a lei, que está fazendo com que os produtores e os trabalhadores sejam punidos. O agricultor humilde, às vezes até o arrendatário de terras, está recebendo multas no valor de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil e até R\$ 200 mil, deputado Maurício Eskudlard!

Ora, sr. presidente, é o agricultor quem trabalha de sol a sol e ajuda a produzir a riqueza deste país. E parafraseando o ex-governador Esperidião Amin, na vida, ou a gente tira da terra ou tira de alguém. E quem realmente produz riqueza neste país são os agricultores.

Então, não é justo que a legislação trabalhista sirva para punir com pesadas multas um agricultor que contrata um vizinho para ajudá-lo a colher a sua safra, seja de cebola, seja de fumo ou outra cultura. É preciso que primeiramente se esclareça para ele como a coisa funciona, para depois poder cobrar!

Santa Catarina é um estado de pequenas propriedades. Aqui não há agricultura empresarial, estruturada. O produtor trabalha com a família e quando precisa de mais alguém, contrata o vizinho. E aí bate o fiscal do ministério do Trabalho e aplica uma multa que inviabiliza o seu pequeno negócio. Isso é muito injusto!

É preciso rever essa questão, deputado Moacir Sopelsa. Acho que devemos, através da comissão de

Agricultura, chamar o ministério do Trabalho, chamar os deputados federais e tentar resolver a questão da legislação trabalhista no campo, que está penalizando nossos agricultores.

Era isso, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Gostaria de registrar a presença, na Assembleia Legislativa, de vários policiais civis, entre eles Arilson Nazário, que é vice-presidente da Adepol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Gostaria de registrar, a pedido do deputado Maurício Eskudlark, a presença de vários policiais civis.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com o palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputado Romildo Titon, vice-presidente da Assembleia Legislativa, quero informar-lhe que vou dividir o tempo do partido com o deputado Manoel Mota. .

Há pouco vi no plenário os deputados Kennedy Nunes e Sandro Silva, mas neste momento parece que aqui não estão, o que é uma pena, porque quero referir-me ao jogo de futsal que aconteceu na sua cidade, no domingo passado, no qual o técnico do Joinville, Ferretti, um grande técnico, considerado o melhor do mundo, com muita soberba afirmou que seu time iria jogar com a zebra do campeonato, o Concórdia. Ele se esqueceu de que nosso time era um dos quatro finalistas e que para chegar nessa posição teve que vencer equipes bem fortes, como o próprio Krona Futsal, de Joinville. A folha de pagamento dos guris de Concórdia é de mais ou menos R\$ 60 mil, contra um time que dizem ter uma folha de pagamento de mais R\$ 600 mil por

mês. Pois bem, não é dinheiro que faz o futsal! É camisa, é garra, é vontade!

Faço este pronunciamento para cumprimentar o presidente do time de futsal de Concórdia, deputado Neodi Saretta, o Gabriel, como também o técnico Serginho, pessoa grandiosa porque reconhece as dificuldades do seu time, mas preparou-o de tal forma que na próxima segunda-feira, deputado Manoel Mota, será mais uma vez um osso duro de roer. Vamos jogar como jogamos até agora, de igual por igual, com bastante humildade, mas com muita competência e vontade de ser Campeão Brasileiro de Futsal.

Quero aproveitar esses minutos que me restam para cumprimentar o deputado Altair Silva, que hoje homenageará nesta Casa os técnicos agrícolas, profissionais muito importantes para o desenvolvimento do agronegócio e da agricultura do estado de Santa Catarina.

Parabéns aos técnicos agrícolas! Parabéns ao deputado Altair Silva pela homenagem que fará hoje a esses grandes profissionais!

Quero ainda, srs. deputados, comentar a audiência pública que fizemos ontem, nesta Casa, que contou com a presença de produtores de frango do sul e do norte do estado, que aqui colocaram as dificuldades da sua atividade, posto que são integrados da empresa JBS.

Parece-me que a referida audiência pública teve muitos pontos positivos, pois os produtores colocaram as suas dificuldades, a empresa também colocou aquilo que está fazendo e o que pensa ainda fazer.

Os avicultores do sul do estado mudaram de integrador três vezes em menos de dois anos. Essa é a maior dificuldade que eles têm. Mas tenho conversado muito com o presidente da JBS em relação à avicultura e ele me afirmou o que pretende fazer, deputado Padre Pedro Baldissera, para atender ao pleito daqueles produtores.

Na verdade, srs. deputados, precisamos repensar a avicultura em todo o estado e não só nas regiões sul e norte, porque se trata de uma

atividade que em muitos municípios é a base da economia.

Por isso, quero deixar registrado que foi importantíssima a nossa audiência pública, porque pudemos conhecer a posição dos produtores e da JBS.

Estão de parabéns os deputados que compõem a comissão de Agricultura e que participaram da audiência. Eu acredito, inclusive, que achamos o início de um entendimento que engrandecerá esse setor econômico.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Conforme acordo entre os deputados do PMDB, os minutos restantes do horário reservado aos Partidos Políticos são destinados ao deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, companheiros e amigos que prestigiam o Parlamento na tarde de hoje.

Quero cumprimentar os deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta, porque fiquei orgulhoso ao assistir ontem na TV ao jogo entre Concórdia e o Corinthians, de São Paulo. O time de Concórdia, que já havia vencido o Rio Grande do Sul, o Joinville, agora ganhou do Corinthians e vai disputar a final.

Portanto, parabéns a Concórdia, que ontem fez 2x0 em cima do Corinthians. Isso mostra que Santa Catarina não brinca em serviço.

Sr. presidente, marcamos uma audiência com o diretor do DNIT, engenheiro João José, para tratar da duplicação BR-101 na altura do Morro dos Cavalos. Antes de fazer uma paralisação, precisamos saber qual o encaminhamento governamental, pois ele viajou a Brasília e pode ter trazido um resultado que dispense a paralisação do tráfego naquela região, o que, com certeza, causará muitos transtornos. Mas o que não podemos admitir é que as pessoas continuem

morrendo porque a Funai não permite que se construa a quarta pista.

Por isso, estamos aguardando a audiência com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, que faz um belíssimo trabalho, temos que reconhecer, para que ter uma posição clara em relação a esse problema.

Quero também dizer que a empresa que assumiu o aeroporto de Jaguaruna ainda não liberou os voos, o que deveria ter ocorrido no dia 12 de outubro, dia da padroeira do Brasil. Estamos com essa pendência porque Brasília ainda não liberou a TAM e a Gol para darem início aos voos com destino àquele aeroporto. Só que isso foi prometido e a sociedade quer uma resposta! Então, precisamos apertar para que aconteça a liberação, porque é assim que lutamos para buscar os resultados que a sociedade aguarda sobre a questão do Morro dos Cavalos e do aeroporto de Jaguaruna.

Vamos aguardar também o resultado sobre a barragem do rio do Salto, porque já conseguimos alocar recursos através de uma emenda parlamentar com recursos do PAC 1 e agora já está até no PAC 2, mas nada ainda aconteceu por falta da licença ambiental.

Quero dizer que precisamos cobrar fortemente, pois é um compromisso muito grande. O Parlamento conseguiu aprovar uma emenda, desapropriamos todos e agora a licença está difícil. Daqui a pouco vamos perder o dinheiro e quem paga a conta é a sociedade!

Por isso, como parlamentar tenho que trabalhar com muita responsabilidade para buscar as soluções, os encaminhamentos e os resultados. É isto que o povo espera: ação, trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, representantes dos policiais civis que fazem suas justas reivindicações para a categoria, estimados catarinenses aqui presentes, sejam bem-vindos a esta Casa.

Antes de tratar do assunto das rodovias, não poderia deixar de fazer uma referência a uma conquista importante para Santa Catarina na área esportiva, que é ter o privilégio de disputar a final da Liga Nacional de Futsal. O Campeonato Brasileiro de Futsal chega à final com um time catarinense, a equipe de Concórdia.

Quero fazer referência à disputa e à belíssima semifinal disputada contra a equipe de Joinville, deputado Sandro Silva, principalmente porque desejo enaltecer Santa Catarina e a Associação Concordiense de Futsal, lembrando que vale a pena investir na base.

A ACF é o time do estado que possui mais jogadores catarinenses, inclusive de Concórdia e da região. Já tivemos em Concórdia outras grandes conquistas esportivas, por parte de alguns times famosos muito mais por conta de algum patrocínio, especialmente da Sadia, do que por outra razão. Porque quando a empresa deixou de patrocinar os times, elas acabaram sendo extintas.

Tive a satisfação de ser prefeito de Concórdia de 2001 a 2008 e de haver iniciado as chamadas escolinhas esportivas, incentivando diversas modalidades.

Em 2003 passamos a disputar pela Fundação Municipal de Esportes o sub-17 de futsal, depois o sub-20 e em 2006 foi fundada a ACF, Associação Concordiense de Futsal, que disputou a primeira divisão do futsal catarinense, tendo-se classificado depois para a divisão especial, na qual foi campeã. Hoje, por méritos próprios, disputa a liga nacional e está na finalíssima.

Faço essa referência porque muitas pessoas, e não vou citar nomes para não cometer nenhuma injustiça, ajudaram nesse processo: lideranças, empresas patrocinadoras, torcedores, prefeitura municipal e governo do estado. Mas não tenho dúvida de que o mais importante foi a origem desse projeto, que iniciou na base e que hoje ganhou nível nacional.

Parabéns a todos!

Sr. presidente e srs. deputados, eu não poderia deixar de falar sobre um assunto que já muitas vezes aqui comentado não somente por mim, mas por outros deputados, que é a questão das rodovias de Santa Catarina.

Há pouco estava aqui o deputado Valdir Cobalchini, que é secretário de Infraestrutura e que se tem esforçado muito para recuperar as nossas rodovias. Eu tenho que fazer esse reconhecimento. É verdade também que o estado, durante alguns anos, pavimentou os acessos aos municípios, mas deixou de fazer a recuperação das rodovias catarinenses, deputado Ciro Roza. Com isso, hoje muitas delas estão em estado lastimável. Já há, reconheço, alguns processos de licitação e de contratação em andamento, mas ficamos tristes com a foto que vimos publicada, hoje, num jornal de circulação estadual, mostrando dois cidadãos sentados numa cadeira pescando num cratera da estrada.

É claro que sabemos do esforço do secretário Cobalchini com vistas à recuperação das estradas, mas é preciso mais agilidade! Não dá para esperar iniciar o processo de revitalização! É preciso fazer operações emergenciais do tipo tapa buraco.

Eu quero destacar, como exemplo do que estou falando, a rodovia que liga Treze Tílias a Água Doce, onde uma intervenção urgente é necessária naquele trecho da SC-454. Igualmente, o trecho entre Água Doce e Luzerna, da mesma SC-452, está em estado lastimável.

Queremos citar também que há uma expectativa enorme da comunidade de Tangará, Monte Carlo e Campos Novos quanto à pavimentação do trecho da SC-453 que liga o município de Monte Carlo a

Tangará. Essa é uma solicitação antiga daquela comunidade, que já se mobilizou, já realizou uma audiência pública. O governo do estado diz que a licitação da obra está prevista para o final de 2013, mas a população da região já está impaciente.

Quero ressaltar a importância da recuperação de todas essas rodovias estaduais, mas enquanto isso não ocorre, que pelo menos seja desencadeado, em caráter de urgência, um mutirão de socorro para fazer os consertos mais prementes.

Além do oeste, recebi hoje mensagens de moradores da região norte do estado reclamando do mau estado de conservação da SC-477.

Então, é preciso que a secretaria de Infraestrutura dê uma atenção especial a essas rodovias estaduais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero anunciar a visita dos estudantes da EBM Lore Sita Bollmann, de Blumenau, acompanhados da sra. Deize Adriana Hillesheim. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, público presente, policiais civis, alunos da EBM Lore Sita Bollmann, de Blumenau; srs. deputados, sra. deputada.

Gostaria, antes de tudo, de saudar o dr. Xuxo, presidente da Fundação Pró-Rim de Joinville, que já realizou 1.200 transplantes e é uma das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil pelo terceiro ano consecutivo, segundo a revista *VOCE S/A*.

Também quero saudar o ex-deputado federal e estadual, ex-vice-prefeito de Joinville, José Carlos Vieira; e o vice-presidente do PPS de Joinville, Vanderlei Cristiano Battisti, que o acompanha.

Quero ainda parabenizar a cidade de Concórdia, com muita dor no coração, porque o que sofremos no domingo não foi pouco, quando o nosso time de futsal perdeu de 7 a 4. Mas a verdade é que o time de Concórdia mostrou, sim, empenho, dedicação e vontade de ganhar o jogo.

Recebi, sr presidente, a revista *Divino Oleiro* deste mês, da Comunidade Católica Divino Oleiro, que fará um almoço de confraternização, no domingo, no município de Governador Celso Ramos, ao qual comparecerei com o padre Márcio.

Sr. presidente e srs. deputados, aproveitei a vinda do deputado e secretário Valdir Cobalchini a esta Casa para conversar com ele sobre a pavimentação da estrada do Rio do Morro. O secretário me disse que o dinheiro já estava na conta da empreiteira e ligou na minha frente para o dono da empresa, sr. Márcio Vogelsanger, a fim de que, quem sabe amanhã, sejam reiniciadas as obras de pavimentação, paradas há algum tempo.

Quando fui ao jogo do JEC na sexta-feira, nas arquibancadas do estádio, os torcedores me cobraram essa importante obra para a zona sul de Joinville, pois juntando com os R\$ 750 mil que conseguimos levar para o município, será possível fazer o binário do Paranaguamirim, o que ajudará na fluidez do trânsito e possibilitará um novo acesso à cidade de Araquari e às praias de São Francisco do Sul e Barra do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero saudar o ex-deputado Antônio Carlos Vieira que está-nos visitando.

O dr. Xuxo é especialista na área renal e um dos coordenadores do Instituto Pró-Rim do município de Joinville que, e é importante ressaltar, no ano passado fez em torno de 1.200 transplantes renais, estando entre as oito principais instituições de transplantes do Brasil. Além disso, executou 159 mil hemodiálises e está entre as 150 melhores instituições para trabalhar no país.

Por isso, os nossos parabéns ao dr. Xuxo! Seja bem-vindo a esta Casa!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas para registrar, com muita satisfação, a presença do prefeito de Coronel Martins, Dirceu Fravetto, acompanhado de uma equipe da Saúde e da Assistência Social, que está tratando de assuntos do interesse daquele município na capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Esta Presidência registra a presença das autoridades nominadas pelo deputado Neodi Saretta.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, ainda bem que o deputado Neodi Saretta não falou do jogo de domingo. O nosso time deu um apagão e nós perdemos de 7x4 para o time de Concórdia.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Deputado Darci de Matos, quero parabenizar a equipe de Joinville e dizer que quem ganhou foi Santa Catarina.

Gostaria de comunicar também que acaba de sair a convocação para a Seleção Brasileira e o goleiro Jean, de Concórdia, está convocado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Os nossos parabéns ao goleiro Jean.

A Presidência deseja registrar a presença no plenário do vice-prefeito de Santa Terezinha, Juvenal Andrade, do prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis, e do Lenoir, uma das pessoas que

ajudaram a coordenar a grande audiência pública na comunidade de Santa Terezinha.

Sejam todos bem-vindos!

Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o espaço a seguir, de 12 minutos, está destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, que dividirá o tempo do seu partido com o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero registrar a presença nesta Casa - esteve em nosso gabinete pela manhã - do sr. Giovani Pazza, presidente do Conseg do centro do município de Balneário Camboriú, que neste ano completa dez anos de atividades.

O Geovani Pazza é um dos motivadores do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e conseguiu agendar junto à comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa uma audiência pública, que acontecerá em Balneário Camboriú, na rua 902, no próximo dia 13, às 19h.

Há grande preocupação com os índices de criminalidade, principalmente porque Santa Catarina é um dos estados mais tranquilos e com um dos menores índices criminais do país. Então, o que está ocorrendo? Mesmo quando a vítima não reage, mesmo assim os marginais estão atirando e matando. Banalizaram a vida! Além de levar o celular, o relógio ou algum objeto, os bandidos simplesmente não dão valor à vida dos cidadãos.

No dia 11, próxima segunda-feira, teremos uma audiência pública sobre segurança com o vereador Carlos Ely e os demais vereadores, convocada pelo vereador Rafael Dezideiro, do município de Itajaí, que é um dos líderes do bairro Santa Regina, um bairro novo daquela cidade, mas que já tem mais de 13 mil moradores. Como fica um pouco mais distante do centro, no outro lado da BR, seus moradores têm enfrentado problemas com a criminalidade e com a dificuldade de a polícia chegar ao local.

Então, é importante que ou se coloque um posto policial ou que uma viatura fique fazendo o policiamento comunitário ostensivo,

permanentemente, além de disponibilizar à comunidade o número de um telefone celular dos policiais para que ela possa acioná-los quando necessário.

Particularmente entendo que uma viatura fazendo policiamento é melhor do que um posto policial. O posto policial acaba, muitas vezes, tendo um ou dois policiais cuidando da estrutura física sem mobilidade. É melhor ter uma viatura no bairro e que a comunidade saiba o número do celular para poder comunicar qualquer ocorrência.

Então, na próxima segunda-feira teremos essa audiência pública na Câmara de Vereadores de Itajaí, provocada pelo vereador Rafael Dezideiro e pela Associação dos Moradores do Bairro Santa Regina.

Quero fazer um registro especial, pois ontem, ouvindo o programa do meu amigo Luis Carlos Tigrão, no Canal 100, da Rádio Menina, ouvi a comunicação de uma mobilização popular com referência a um imóvel do governo do estado localizado na rua Alvim Bauer. Esse imóvel foi desocupado pela Fazenda e o município queria utilizá-lo. Nesse sentido, encaminhou ofício ao governo do estado, mas foi informado pelo diretor de Patrimônio do Executivo que o imóvel teria sido destinado à Polícia Civil. Como essa instituição não o utilizou, foi cedido ao Sine, que está procedendo a um processo de licitação para reformá-lo.

Como o imóvel está fechado, infelizmente foi ocupado por usuários de drogas e a população de Balneário Camboriú está inconformada com essa situação.

O governador Raimundo Colombo foi informado da situação do imóvel e imediatamente concordou que fosse destinado ao município. Assim, ficou definido que naquele local será instalado o escritório regional do Sine, que sairá de Itajaí e irá para Balneário Camboriú.

Quero dizer, sr. presidente, que ontem repassei essa informação ao radialista Luiz Carlos Tigrão e à Inalda, que apresentam o Canal 100, na Rádio Menina e na TV Mocinha, a fim de que

transmitam aos seus ouvintes e tranquilizem a comunidade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Maurício Eskudlark, para concluir a brincadeirinha que fizemos com o deputado Neodi Saretta, não foi somente o Joinville que perdeu. Aqui na capital, no clássico, o Avaí, o time do coração da nossa deputada Angela Albino, deu um apagão e perdeu de 4x0 para o rival Figueirense. Mas isso acontece, o Avaí é um grande time e ainda pode recuperar-se. Se não for este ano, poderá ser no ano que vem.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. presidente, quando eu for ao ministério do Esporte - o prefeito Udo Döhler me pediu que fosse lá para discutir a arena de Joinville - lembrarei do deputado Darci de Matos rindo do Avaí aqui. Pode deixar que vou lembrar disso, deputado!

Mas na vida, sr. presidente, os amores são para os momentos de alegria e os de tristeza. Se for para ser na tristeza, que seja nossa alegria olhar a tabela.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Além de parabenizar o Figueirense e, sobretudo, o Concórdia e a Chapecoense, acho que a carne de frango e de suíno estão sendo um adicional no esporte de Santa Catarina.

Eu concorda com v.exa., deputado Maurício Eskudlark, quando fala sobre a importância dos Consegs para a segurança pública do estado de Santa Catarina.

Sem dúvida alguma, muitas providências devem ser tomadas. Nós precisamos de mais viaturas, de mais câmeras de monitoramento - e o governador Raimundo Colombo está tomando as providências devidas -, de mais inteligência, mas precisamos,

sobretudo e fundamentalmente, da participação da comunidade, da interação com a comunidade, do envolvimento da comunidade. E essa participação forte da comunidade na segurança pública tem que ser estabelecida através dos Consegs.

Encerro o meu aparte, deputado Maurício Eskudlark, fazendo menção à sessão especial solicitada pelo deputado Altair Silva, que está aqui há poucos dias, mas já se comporta como um veterano, que será realizada hoje à noite e que se destina a homenagear os técnicos agrícolas. O deputado Reno Caramori é mestre agrícola. Eu não conhecia essa profissão. Eu sabia que existia técnico agrícola.

Mas o deputado Altair Silva propôs a realização de uma sessão especial em homenagem ao Dia do Técnico Agrícola hoje à noite. Certamente será muito representativa e eu vou participar porque sou técnico agrícola formado na Escola Técnica Federal de Araquari e trabalhei por dez anos com os agricultores da minha cidade, Joinville.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado Darci de Matos.

Como eu dizia, teremos uma audiência sobre segurança pública e será bom que a população acompanhe e saiba o que está sendo feito. Balneário Camboriú está com 22 homicídios este ano e, infelizmente, esse número é o dobro do aceitável pela ONU.

Portanto, sabemos do empenho e junto com as autoridades policiais civis e militares do município vamos discutir sobre segurança pública, com a presença do secretário de Segurança, do delegado-geral, do comandante-geral e do diretor de Polícia do Litoral, dr. Artur Nitz, sendo que a sede é em Itajaí e ele procura administrar da melhor maneira possível a região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença na Casa dos alunos Vinícius Willian de Abreu e André Santos, que estão representando a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, sendo que um é de Serra Alta e o outro é de Maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados e deputadas e público que acompanha a nossa sessão, uso o espaço do meu partido, o PSDB, para fazer, primeiramente, um agradecimento a todos os líderes que permitiram que em seguida à Ordem do Dia nós tenhamos a apresentação e o convite, com a parceria da Assembleia Legislativa, para mais um Jogos Abertos de Santa Catarina.

Já estão presentes na Casa o presidente da Fesporte, juntamente com os seus diretores e assessores; o presidente da Fundação Municipal de Desportos de Blumenau, Sérgio Galdino, acompanhado de diretores; e também um grande desportista do estado, atleta e grande jogador de futebol, Adão Goulart, que foi técnico de futebol de vários clubes de Santa Catarina, mas também jogador profissional, especialmente em Blumenau, no Palmeiras e no BEC. E ele foi meu treinador de futsal quando eu jogava por Blumenau, em 1970, nos primeiros Jogos Abertos.

Mas os Jogos Abertos de Santa Catarina merecem efetivamente um destaque na Assembleia Legislativa. Todos conhecem a história dos Jogos Abertos, que foram criados em Brusque, por alguns desportistas liderados, na época, por Arthur Schlösser. E ao longo desses cinquenta e poucos anos eles vêm sendo o grande evento esportivo em nosso estado e, com certeza, o segundo maior

evento esportivo do Brasil em quantidade de atletas, em quantidade de municípios que participam e em quantidade de modalidades esportivas. E não somente apenas nos números, mas também na excelência da organização e também dos resultados alcançados, com índices até olímpicos.

Então, os Jogos Abertos, sem dúvida, são o nosso grande evento. E a Assembleia Legislativa se incorporará a esse evento que neste ano vai ser realizado na cidade de Blumenau.

Quero cumprimentar o sr. Sérgio Galdino, presidente da Fundação Municipal de Desportos de Blumenau que, juntamente com o prefeito Napoleão Bernardes, teve a coragem de assumir esse evento. Por que digo isso? Porque o prefeito havia assumido recentemente a prefeitura municipal quando lhe foi colocada a oportunidade de realizar os Jogos Abertos. O prefeito não hesitou, topou, e juntamente com o sr. Sérgio Galdino assumiu a responsabilidade de realizar os Jogos Abertos de Santa Catarina em Blumenau.

Apenas para dados estatísticos, gostaria de dizer que dos 52 Jogos Abertos já realizados até hoje, vamos realizar este ano a 53ª edição, a cidade de Blumenau foi campeã em 39 edições, mas realizou apenas cinco. Isso mostra a força esportiva de Blumenau ao longo de todos esses anos.

Mas o importante dos Jogos Abertos é que eles não são apenas de um município, eles são efetivamente do estado de Santa Catarina. Vários municípios que já os realizaram sabem como é difícil, complexo e complicado. Sabem da responsabilidade que é preparar a estrutura não só de quadras esportivas, de ambientes esportivos, mas também de recepção de atletas, dirigentes, técnicos e demais componentes técnicos. Então, é preciso vontade e coragem para realizar os JASC.

Neste momento, quero fazer uma homenagem à nossa Fesporte, na pessoa do seu atual presidente, Erivaldo Nunes Caetano Júnior, o Vadinho, bem como a todos os seus funcionários, não só os comissionados, mas principalmente os efetivos. A Fesporte é o órgão que tem a menor estrutura

administrativa do governo do estado, deputado Silvio Dreveck, e apesar disso realiza e coordena mais de 200 eventos por ano.

Portanto, essa equipe de servidores precisa ser reconhecida pela união, dedicação e pela paixão com que desenvolve o esporte em Santa Catarina. Houve época em que a delegação brasileira às Olimpíadas teve 14% de atletas catarinenses ou federados ao nosso estado. Isso mostra a força esportiva de Santa Catarina.

E quero fazer uma referência especial ao Adão Goulart, que está aqui conosco. Eu o reencontrei há 15 dias, depois de longos anos sem vê-lo. Ele foi meu técnico nos meus primeiros JASC, lá na cidade de Criciúma, onde eu ainda era juvenil. Ele me convocou para fazer parte da seleção de Blumenau. Eu saía de Pomerode às 18h, de ônibus, para treinar às segundas, quartas e sextas-feiras, e voltava só à meia-noite. Na época minha mãe me cobrava dizendo assim: "Gilmar, você tem que estudar, pare de jogar futebol!". Mas eu tinha uma paixão especial pelo esporte e fui aos Jogos Abertos.

Depois ocorreu uma briga histórica em Blumenau entre a Artex e o Guarani, que eram os dois principais clubes. O Guarani chegou a ser bicampeão catarinense. Havia uma briga local e o Guarani não estava incorporado aos Jogos Abertos. Na última semana acabaram fazendo as pazes e incorporaram-se à equipe.

O Adão dirigiu a equipe, que foi vice-campeã invicta; só perdemos a final, nos pênaltis, para Florianópolis. Na época eu fiquei revoltado porque era titular nos treinos, mas com a incorporação do Guarani, fiquei na reserva. Acabamos eu e mais os outros três juvenis não participando da partida final. Ficamos na arquibancada e na hora de receber a medalha não fomos receber. E essa minha medalha ficou com o Adão. Há 15 dias ele me ligou dizendo que tinha um presente para me dar, a medalha! E hoje fui encontrá-lo pessoalmente.

Quero agradecer às pessoas que me deram a oportunidade desse reencontro. Hoje vou receber a

minha medalha de vice-campeão dos Jogos Abertos de Criciúma, em 1974.

Quero mais uma vez, sr. presidente, dizer que a Assembleia Legislativa sempre foi parceira do esporte de Santa Catarina. Quem criou a Fesporte foi o governador Vilson Kleinübing e quem aprovou a lei de criação foi a Assembleia Legislativa. Esta Casa nunca faltou ao esporte e mais uma vez estará incorporada aos 53º Jogos Abertos de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0279/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Caçadoreense de Imprensa Joair dos Santos Lima - Acijo -, de Caçador.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0353/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal -, de Porto União.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do projeto de Lei n. 0369/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Amigos Primavera - Amap -, de Mafra.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0453/3013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 1.152, de 1954, que declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar Beneficente de Saudades.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0454/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 14.631, de 2009, que declara de utilidade pública

a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha - Asaprev.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0455/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 14.775, de 2009, que declara de utilidade pública a Associação Voluntários Amigos dos Bichos, com sede no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0456/2013, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 13.832, de 2008, que declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Tubarão.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0027/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular em estabelecimentos bancários.

Ao presente projeto foi apensado o PL n. 0052/2011 e apresentadas uma emenda modificativa e uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0039/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que assegura a oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Saúde, e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0092/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0133/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que assegura a gratuidade do transporte coletivo público intermunicipal às crianças menores de sete anos e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0257/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui a campanha estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Solicito aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que compareçam ao plenário, a fim de que possamos dar continuidade à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao

Requerimento n. 0006/2013, que solicita a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito das Águas.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para discutir, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, este tema já andou pela Casa e novamente temos o debate do recurso que apresentamos contra a comissão de Constituição e Justiça, que limitou a investigação da CPI ao caso da empresa Águas de Palhoça, no município vizinho na Grande Florianópolis.

Assim, queremos questionar, em primeiro lugar, a prerrogativa da comissão de Constituição e Justiça de limitar o poder de investigação dos parlamentares e o próprio objeto da CPI, buscando que se permita investigar mais amplamente o objeto inicial do nosso requerimento.

Srs. deputados, trouxemos o nosso recurso, mas vou poupá-los de uma leitura mais destacada, porém estamos de posse de uma série de jurisprudências consolidadas do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que não cabe a órgão fracionário do Poder Legislativo brasileiro decidir ou limitar o poder de investigação dos parlamentares.

Destaco, em especial, um trecho de um desses reiterados julgados do nosso Supremo Tribunal Federal.

(Passa a ler.)

"A rejeição de ato de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressiva votação majoritária, proferida em sede de recurso interposto por líder de partido político que compõe a maioria congressual, não tem o condão de justificar a frustração do direito de investigar que a própria Constituição da República outorga às minorias que atuam nas Casas do Congresso Nacional." [sic]

Obviamente que essa discussão se trata da Câmara Federal, e o Supremo Tribunal Federal, inclusive, deputado Sandro Silva, por provocação do então deputado federal pelo PPS, Fernando Coruja, disse que órgãos fracionários não podem limitar o poder das CPIs.

(Continua lendo.)

"Portanto, conforme se pode facilmente constatar, é expressamente vedado pela jurisprudência firmada pelo STF o uso de subterfúgios ou manobras, independentemente da sua natureza normativa, que reduzam ou aniquilem o âmbito de atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito, frustrando a prerrogativa constitucional das minorias parlamentares do salutar direito de investigação.

Neste sentido, ressalva-se, e é importante ressaltar, que o assunto tratado é extremamente caro ao regime democrático e as relações que devem nortear a convivência e o respeito da base governista com grupos minoritários.

Não existe na história do Parlamento brasileiro precedente de que a maioria, a pretexto de interpretar requerimento de CPI, reduza o seu âmbito de atuação. Permitir que a delimitação de fato determinada, ou seja, do âmbito de atuação da CPI, seja estabelecido a critério de oportunidade de conveniência de interesse da maioria governista, abre grave precedente institucional, capaz de aniquilar o direito subjetivo das minorias de investigação conquistado com o aperfeiçoamento do estado democrático de direito.

Se prevalecer o parecer da comissão de Constituição e Justiça nos termos em que se encontra, em outras palavras, somente será investigado pela CPI o que a maioria governista autorizar. E esse é o ponto fundamental em que temos a responsabilidade e o dever histórico de evitar, sob pena de um grave retrocesso institucional."

Mas a par da discussão filosófica de atenta observação dos limites da democracia, nós também precisamos discutir o mérito do que estamos buscando aqui, o fato determinado. Ora, srs.

parlamentares, o estado de Santa Catarina viu a prisão de agentes públicos no município de Palhoça, viu a clara intervenção que a municipalidade de Palhoça teve no processo de municipalização da água e do esgoto e os interesses escusos que houve por trás disso.

Mais do que isso, a imprensa catarinense noticiou que essa mesma empresa que atua em Palhoça atua também em outros 26 municípios catarinenses e em todos eles com contratos precários, sem licitação. Em alguns deles outra empresa ganhou o processo licitatório, mas essa empresa por terceirização passou a atuar também.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem alertado sobre a fragilidade do sistema de privatização e municipalização dos serviços de água e saneamento em Santa Catarina, como é o caso de Palhoça, como é o caso, por exemplo, de Capivari de Baixo, onde nenhum real arrecadado a título de saneamento vai para saneamento. Nós somos o estado que tem o segundo pior saneamento no Brasil. E tanto Palhoça quanto Capivari de Baixo não vão mudar esse cenário, porque nos dois municípios, tudo que arrecadam, dito pelo prefeito, vai para a folha. Portanto, não vai para saneamento.

A nossa responsabilidade é, num primeiro momento, de resguardo das relações democráticas. A maioria governista não pode impedir o exercício democrático de investigar das minorias. Nós temos os 14 parlamentares necessários para formar uma CPI. Nós alcançamos 19 assinaturas. Espera o povo catarinense que esses parlamentares tenham a responsabilidade de saber o que estão assinando na hora que assinam.

Nós temos a imprensa noticiando à exaustão um sistema que nos obriga a ver que há um conluio organizado no estado de Santa Catarina para fraudar o povo no seu sistema de água e saneamento. Nós vemos a Justiça acolhendo pedido do Ministério Público e vemos o TCE dizendo das irregularidades. Só esta Casa é que ainda não investigou.

É inadequado que investiguemos somente a Palhoça. Em Palhoça já se prendeu, já se afastou agente público, já se prendeu o empresário. Assim, esta Casa não pode furtar-se de ver que em outros municípios catarinenses o cenário se repete, é idêntico e por isso exige a nossa investigação.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Na realidade, eu quero também discutir a matéria, não apenas uma parte, porque esta Casa muitas vezes tem dois pesos e duas medidas para ações e pareceres semelhantes. Num determinado momento a manifestação da comissão é a questão da CPI das Águas não ter um fato determinado para investigar. Num segundo instante, diz-se que tal matéria não é pertinente a esta Casa, mesmo sabendo que água é uma questão de direito e concessão pública.

Ora, a CPI da Telefonia, que tem como presidente o deputado Silvio Dreveck e que fez um belíssimo trabalho, seguindo essa tese, esse raciocínio, também é inconstitucional. No entanto, quebrou-se o paradigma na medida em que se fez o debate claramente.

A criação da Câmara do Tribunal de Justiça para a cidade de Chapecó, projeto do deputado Gelson Merisio, em tese também é inconstitucional, mas foi aprovada por esta Casa. O Tribunal de Justiça arguiu a inconstitucionalidade do projeto no Supremo, mas aqui nós tomamos uma posição.

A questão da CPI das Águas é muito clara, porque todos sabem que o problema não ocorre apenas em Palhoça e Capivari de Baixo, mas em mais de 20 municípios catarinenses. Eu diria até que a situação de Palhoça é uma das mais esclarecidas, por tudo o que a imprensa já apurou. Pessoas foram presas, afastadas.

Parabenizo a deputado Angela Albino porque é um direito democrático das minorias investigar e porque é preciso mostrar à população a justificativa para a necessidade da instalação dessa CPI.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Agradeço ao deputado Jailson Lima.

O tempo é muito curto para discorrer sobre o assunto, mas alerto a base do governo sobre um tema em especial. O estado de Santa Catarina é o fiador dos empréstimos contraídos pela Casan. Se a Casan quebrar - e o rompimento dos contratos pelos municípios pode representar isso -, quem vai pagar todos os financiamentos contraídos pela empresa é o estado.

Portanto, muito me assombra a polarização desta Casa em torno de governo e oposição no que concerne a esse tema. Porque estamos defendendo prioritariamente o estado de Santa Catarina, que vai ser responsabilizado por todos os empréstimos da Casan, se essas municipalizações fraudulentas continuarem a acontecer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o parecer da comissão de Constituição de Justiça permaneçam como se encontram.

Aprovado, com o voto contrário da bancada do PT e da deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, tenho uma dúvida. Foi votado o parecer que era contra o que a deputada Angela Albino encaminhou?

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, é está muito óbvio quem pensa o que, mas apenas a título de correção do encaminhamento de votação, nós votamos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Votamos o parecer.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Votamos o recurso ao parecer. Não tenho dúvida de quem está pensando o que, de quem é a favor do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Quando li o projeto, disse claramente o que estávamos deliberando: discussão e votação em turno único do parecer da comissão de Constituição e Justiça do requerimento...

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu quero alertar que o que nós votamos foi o recurso ao parecer. Eu estou recorrendo. Eu apresentei o recurso, e o que esta Casa votou agora foi o recurso do parecer.

É óbvio que o parecer não foi votado! Nós não podemos votar o parecer. Quem vota o parecer da comissão de Constituição e Justiça é a própria comissão. Nós votamos agora o recurso que apresentei ao parecer. Portanto, ficou até equivocado como nós encaminhamos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Diz o inciso IV do art. 41 do nosso Regimento Interno:

(Passa a ler.)

"Art. 4º [...]

IV - Recusado o requerimento por não satisfazer os requisitos regimentais, o presidente devolverá ao autor, cabendo recurso desta decisão ao Plenário." [sic]

Foi o que v.exa. fez. No prazo de cinco dias, ouvida a comissão de Constituição e Justiça, que já emitiu parecer, sobre o qual nós deliberamos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, não muda o resultado final. É somente o encaminhamento que está equivocado. Nós votamos o recurso que eu apresentei a este Plenário. O parecer da comissão de Constituição e Justiça se dá no âmbito da referida comissão. O que estava em

votação era o recurso que apresentei à decisão da comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, acho que quanto mais claro, melhor.

Tendo em vista todas essas dúvidas que surgiram, gostaria de solicitar a v.exa. que colocasse novamente em votação, porque não ficou claro no momento da votação o que se estava votando. Assim, não sabemos qual foi o resultado e para que não parem dúvidas a respeito dos encaminhamentos, inclusive daquilo que se está votando, seria prudente repetirmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Neodi Saretta, com o maior respeito que tenho por v.exa., que já foi presidente desta Casa, a matéria já foi votada e não tenho como voltar atrás. Mesmo porque é apenas uma questão de interpretação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria que ficasse claro que quem votou contra o parecer, votou por uma investigação mais ampla. É isso o que eu gostaria que ficasse registrado nos anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado, já foi registrado que v.exas. votaram contra o parecer da comissão de Constituição e Justiça.

A matéria está encerrada.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0751/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0752/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0753/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0754/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, e 0755/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.164/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 1.165/2013, da bancada do PP; 1.166/2013

e 1.167/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.168/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 1.169/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 1.170/2013 e 1.171/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.172/2013 e 1.173/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.174/2013, de autoria do deputado Jailson Lima e outros; 1.176/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 1.177/2013, 1.178/2013 e 1.179/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.180/2013, de autoria do deputado Altair Silva, e 1.181/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

Requerimento n. 1.175/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem ao governador do estado pedindo informações sobre os mutirões de cirurgias eletivas no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0108/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidenta da República e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, parabenizando-os pelos dez anos de implantação, manutenção e aprimoramento do programa Bolsa Família.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0109/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada aos prefeitos de Florianópolis e São José, sugerindo a realização de estudo técnico para implantação de "bolsões"

para motos antes dos semáforos nas principais ruas e avenidas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0100/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao governador do estado, solicitando que seja demonstrada a relação da reserva de 10% do total de vagas de trabalho destinadas às pessoas com deficiência das empresas com contratos de terceirização de serviços públicos firmados com a administração pública estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Conforme requerimento assinado pelos srs. líderes e como determina o Regimento Interno, vamos suspender a presente sessão por até dez minutos para ouvirmos o sr. Eivaldo Nunes Caetano Júnior, presidente da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Altair Silva - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do presidente da Atasc da cidade de Seara, nosso

colega João Belli, que nos prestigia na tarde de hoje.

Registro também a presença do vereador Lacir Domingos Piaia, da cidade de São Bernardino, que nos dá o prazer da sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem à passagem do Dia Nacional do Técnico Agrícola.

Está encerrada a sessão.